

Highline do Brasil II  
Infraestrutura de  
Telecomunicações S.A. e  
Controladas

**Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas  
para o exercício findo em  
31 de dezembro de 2023**



# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>4</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>12</b>

## **Relatório da administração**

Em 2023, a Companhia manteve seu objetivo de ser um provedor neutro de infraestrutura compartilhada para o setor de telecomunicações no Brasil, impulsionando a conectividade para a democratização de serviços digitais no Brasil.

Neste ano, a Highline do Brasil II ficou em crescimento orgânico, com a construção de 499 novos sites. Foram construídos 499 novos sites “BTS” e iniciados 594 novos contratos com clientes impulsionando o crescimento orgânico da Companhia.

A Companhia manteve-se em adequada situação financeira, mesmo com aumento da inadimplência decorrente de valores herdados em processos de aquisições.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo – SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP – Brasil  
Telefone + 55 ( 11)3940-1500 kpmg. com. br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da**

**Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A.**

**São Paulo - SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório (IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e

consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

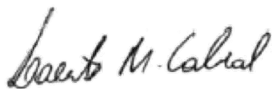
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



---

Laerte Meireles Cabral

Contador CRC 1RJ-110943/O-6

## Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A. e Controladas

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 intermediárias condensadas

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022			31.12.2023	31.12.2022		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	47.654	34.593	48.959	36.184	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	84.281	102.864	84.281	102.864
Contas a receber	4	89.039	66.788	92.221	69.349	Fornecedores	10	16.451	9.721	17.384	9.811
Impostos a recuperar		832	803	852	823	Obrigações tributárias	12	4.797	6.657	5.239	7.165
Imposto de renda e contribuição social		7.032	2.803	7.042	2.814	Obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias	11	26.603	13.764	26.603	13.764
Adiantamento a fornecedores	5	41.431	13.757	41.876	14.084	Passivos de arrendamento	14	273.256	277.664	273.401	277.845
Outras contas a receber com partes relacionadas	23	1.683	1.581	1.683	-	Adiantamento de clientes	16	56.244	29.827	57.153	30.081
Outros ativos		5.403	3.975	5.404	3.975	Contas a pagar - partes relacionadas		-	-	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>193.074</b>	<b>124.300</b>	<b>198.037</b>	<b>127.229</b>	Outros passivos		2.119	2.212	2.606	2.212
						<b>Total do passivo circulante</b>		<b>463.751</b>	<b>442.709</b>	<b>466.667</b>	<b>443.742</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Contas a receber	4	71.965	51.861	71.965	51.861	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	1.644.065	1.627.629	1.644.065	1.627.629
Depósitos judiciais	13	771	587	771	587	Instrumentos financeiros derivativos	22	84.246	31.748	84.246	31.748
Instrumentos financeiros derivativos	22	77.818	70.800	77.818	70.800	Passivos de arrendamento LP	14	1.104.318	1.000.933	1.104.318	1.000.885
Outros ativos		530	552	530	553	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21	55.292	85.178	55.292	85.178
Contas a receber - Partes relacionadas	23	3.800	-	7.248	-	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	13	1.303	1.431	1.303	1.431
Investimentos	6	119.474	79.464	-	-	Adiantamento de clientes	16	12.926	5.761	12.926	5.761
Direito de uso	14	1.210.618	1.165.355	1.210.724	1.165.657	Outros passivos		1.356	1.356	1.356	1.356
Imobilizado	7	1.400.790	1.201.556	1.429.632	1.225.527	Provisão para desmobilização	15	172.892	132.129	172.892	132.129
Intangível	8	2.733.464	3.570.799	2.818.495	3.624.045	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>3.076.398</b>	<b>2.886.165</b>	<b>3.076.398</b>	<b>2.886.117</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>5.619.230</b>	<b>6.140.974</b>	<b>5.617.183</b>	<b>6.139.030</b>	<b>Patrimônio líquido</b>					
						Capital social	17	1.424.488	1.284.488	1.424.488	1.284.488
						Adiantamento para futuro aumento de capital		153.950	-	153.950	-
						Bônus de subscrição de ações	24	170	170	170	170
						Reserva de capital		2.181.666	2.181.666	2.181.666	2.181.666
						Prejuízos acumulados		(1.488.119)	(529.924)	(1.488.119)	(529.924)
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.272.155</b>	<b>2.936.400</b>	<b>2.272.155</b>	<b>2.936.400</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.812.304</b>	<b>6.265.274</b>	<b>5.815.220</b>	<b>6.266.259</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>5.812.304</b>	<b>6.265.274</b>	<b>5.815.220</b>	<b>6.266.259</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

## Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A. e Controladas

### Demonstrações do resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receita líquida	18	611.573	451.258	626.661	575.158
Custos dos serviços prestados	19	(206.171)	(162.828)	(209.352)	(203.172)
<b>Lucro bruto</b>		<b>405.402</b>	<b>288.430</b>	<b>417.309</b>	<b>371.986</b>
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	19	(243.659)	(161.214)	(245.876)	(216.284)
Outras despesas, líquidas		-	(2.784)	-	(2.784)
Multas sobre rescisão de contratos		44.505	-	44.505	-
Provisão para perdas esperadas	4	(11.722)	(11.662)	(11.722)	(11.682)
Perda ao valor recuperável dos ativos	8	(693.427)	-	(693.427)	-
Resultado com equivalência patrimonial	6	6.286	(18.930)	-	-
Total		(898.017)	(194.590)	(906.520)	(230.750)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(492.615)</b>	<b>93.840</b>	<b>(489.211)</b>	<b>141.236</b>
<b>Resultado financeiro:</b>					
Receitas financeiras	20	48.496	83.550	48.661	163.772
Despesas financeiras	20	(543.960)	(437.569)	(544.039)	(571.160)
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(988.079)	(260.179)	(984.589)	(266.152)
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:</b>					
Corrente	21	-	-	(3.490)	(1.543)
Diferido	21	29.911	2.735	29.911	10.251
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(958.168)</b>	<b>(257.444)</b>	<b>(958.168)</b>	<b>(257.444)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.



# Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A. e Controladas

## Demonstrações do resultado abrangente

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Prejuízo do período	(958.168)	(257.444)	(958.168)	(257.444)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	<u>(958.168)</u>	<u>(257.444)</u>	<u>(958.168)</u>	<u>(257.444)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A. e Controladas

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital subscrito e integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Bônus de subscrição de ações	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2022		1.109.074	-	170	2.184.666	(272.480)	3.021.430
Aumento de capital	17	175.414	-	-	-	-	175.414
Resgate de reserva de capital		-	-	-	(3.000)	-	(3.000)
Prejuízo do período		-	-	-	-	(257.444)	(257.444)
<b>Saldos em 31 de dezembro 2022</b>		<b>1.284.488</b>	<b>-</b>	<b>170</b>	<b>2.181.666</b>	<b>(529.924)</b>	<b>2.936.400</b>
Aumento de capital	17	140.000	-	-	-	-	140.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	153.950	-	-	-	153.950
Prejuízo do período		-	-	-	-	(958.168)	(958.168)
<b>Saldos em 31 de dezembro 2023</b>		<b>1.424.488</b>	<b>153.950</b>	<b>170</b>	<b>2.181.666</b>	<b>(1.488.092)</b>	<b>2.272.182</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

## Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A. e Controladas

### Demonstrações dos fluxos de caixa intermediárias condensadas

Para as demonstrações semestrais condensadas findo em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Prejuízo do período		(958.168)	(257.444)	(958.168)	(257.444)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	7 e 8	211.221	151.935	213.809	204.425
Amortização do dieito de uso	13	138.031	115.060	138.168	142.028
Valor presente da provisão para desmobilização	14	7.254	4.325	7.254	5.009
Linearização da receita	5	(24.053)	(17.281)	(24.053)	(18.332)
Valor presente dos contratos de arrendamento	17	200.536	142.298	200.560	173.592
Baixa de contratos de arrendamento de longo prazo		(4.687)		(4.687)	
Provisão de juros sobre empréstimos	9	266.590	237.814	266.590	241.316
Provisão para perda esperada do contas a receber		11.722	11.625	11.722	11.625
Variação cambial		-	-	-	(79.065)
Variação instrumentos financeiros derivativos		15.414	(42.645)	15.414	50.890
Apropriação comissão sobre emissão de debêntures		5.479	10.556	5.479	14.245
Perda ao valor recuperável dos ativos		693.427	-	693.427	-
Baixa de ativos		22.447	9.882	22.447	9.882
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(29.911)	(2.735)	(29.911)	(10.251)
Equivalência patrimonial		(6.286)	18.930	-	-
<b>Varição nos ativos e passivos operacionais:</b>					
Contas a receber		(30.094)	(867)	(30.672)	(15.776)
Impostos a recuperar		(4.258)	10.638	(4.257)	8.897
Contas a receber - partes relacionadas		(3.902)	(1.481)	(8.931)	-
Adiantamentos a Fornecedores		(27.674)	(3.734)	(27.792)	(8.036)
Outros ativos		(1.406)	2.701	(1.406)	(32)
Depósitos judiciais		(184)	74	(184)	74
Fornecedores		6.730	(33.194)	7.573	(3.600)
Obrigações tributárias		(1.835)	(1.686)	1.589	(1.325)
Instrumentos financeiros derivativos		30.066	3.593	30.066	(109.879)
Obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias		12.839	2.849	12.839	2.849
Adiantamentos de clientes		33.582	(18.608)	34.237	(20.224)
Contas a pagar - partes relacionadas		-	(4.865)	-	-
Outros passivos		(1.106)	(2.388)	(619)	4.414
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>561.774</b>	<b>335.352</b>	<b>570.494</b>	<b>345.282</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(3.490)	-
Juros pagos sobre os arrendamentos de direito de uso		(142.092)	(118.196)	(141.951)	(155.523)
Pagamento de juros de empréstimos	9	(274.216)	(157.515)	(274.216)	(162.817)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:</b>		<b>145.466</b>	<b>59.641</b>	<b>150.837</b>	<b>26.942</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Caixa pago para aquisição de investimento	6	-	(20.471)	-	(20.471)
Aporte de capital em investidas	6	(36.035)	(828.059)	-	-
Dividendos	6	2.224	-	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	7	(253.730)	(151.818)	(258.623)	(230.876)
Aquisição de bens para o ativo intangível	8	(783)	(35)	(35.221)	(17.716)
Caixa na incorporação de controlada		-	11.559	-	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(288.324)</b>	<b>(988.824)</b>	<b>(293.844)</b>	<b>(269.063)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Integralização de capital	17	140.000	175.414	140.000	175.414
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	153.950	-	153.950	-
Pagamentos de arrendamentos de longo prazo	14	(138.031)	(72.436)	(138.168)	(89.982)
Captação de empréstimos	9	-	1.650.000	-	1.650.000
Pagamento de comissão sobre emissão de debêntures		-	(27.393)	-	(27.393)
Pagamento de principal de empréstimos	9	-	(800.000)	-	(1.508.598)
Resgate de reserva de capital		-	(3.000)	-	(3.000)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>155.919</b>	<b>922.585</b>	<b>155.782</b>	<b>196.441</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>13.061</b>	<b>(6.598)</b>	<b>12.775</b>	<b>(45.680)</b>

Caixa proveniente das aquisições:

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.593	41.191	36.184	81.864
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	47.654	34.593	48.959	36.184
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>13.061</u></b>	<b><u>(6.598)</u></b>	<b><u>12.775</u></b>	<b><u>(45.680)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A. (“Highline” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 3 de julho de 2017, com o propósito de desenvolver, construir, locar e manter infraestrutura para a indústria de telecomunicações.

A Highline detém um portfólio de Estações Rádio Base (“ERBs” ou “sites”) em operação e em desenvolvimento, as quais possuem contratos de longo prazo de locação de suas capacidades com grandes empresas de telecomunicações. Os “sites” da Companhia e de suas controladas (“Grupo”) são construídos com capacidade para compartilhamento de diversos locatários.

Em 31 de dezembro de 2023, o total de sites mantidos pela Companhia e suas controladas são os seguintes:

	<b>Quantidade Dezembro de 2023</b>	<b>Quantidade Dezembro de 2022</b>
“Greenfield”	3.870	3.437
“Rooftop”	998	984
“Small Cell”	347	379
Das - “Indoor”	331	316
“Biosite”	311	299
“Others”	12	-
	<hr/>	<hr/>
Total	<b>5.869</b>	<b>5.415</b>

#### **1.1 Desempenho Financeiro**

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de ativo e passivo circulante resultam em capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 270.677 na controladora e R\$ 268.630 no consolidado, respectivamente (em 31 de dezembro de 2022 R\$ 350.157 e R\$ 348.261, respectivamente, negativo). Diante do contexto, a Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que parte substancial dos passivos circulantes se referem a contas e registros de arrendamentos a pagar na controladora, sendo que a Administração prevê a geração de caixa decorrente dos aluguéis mensais a receber de seus clientes em montante suficiente para liquidar as obrigações a curto prazo. A Companhia conta com o contínuo suporte financeiro da CAP TC Torres e Participações (controladora) a qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Com o objetivo de garantir o crescimento da companhia de forma orgânica e impulsionar as construções de novos sites, a controladora CAP TC Torres e Participações realizou um novo aporte de R\$ 134.900 em 15 de fevereiro de 2024.

## **2 Resumo das práticas contábeis materiais**

## **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de acordo com as normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pela sua administração no dia 01 de abril de 2024.

## **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A Companhia e suas controladas atuam em um mesmo ambiente econômico, usando o Real (R\$) como moeda funcional, que também é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam operações significativas em moeda estrangeira.

## **2.3 Consolidação**

### ***Base de consolidação***

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores, se aplicável.

### ***Investimentos em controladas***

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados integralmente.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

## **2.4 Utilização de julgamentos e estimativas**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

### ***Julgamentos***

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão

incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota explicativa 14** – determinação do prazo do contrato de arrendamento

***Incertezas sobre premissas e estimativas***

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota explicativa 4** – mensuração da provisão para perda esperada para o contas a receber;

**Nota explicativa 6** – mensuração do valor justo preliminar na aquisição de controlada;

**Nota explicativa 6** – estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado;

**Nota explicativa 8 (a)** – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio;

**Nota explicativa 13** – reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais;

**Nota explicativa 15** – Provisão para desmobilização de ativos;

**2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

**2.6 Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de

apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e



A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**(iii) Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

**Ativos financeiros a custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**2.7 Contas a receber de clientes**

Registradas pelos valores faturados, reconhecidos contabilmente pelo período de competência para os contratos de locação que possuem carência para faturamento, deduzidas da provisão para perdas esperadas. A provisão é constituída com base em análises individuais por risco de clientes sobre o saldo total de recebíveis, além de contas específicas a receber consideradas não cobráveis.

**2.8 Ativo imobilizado**

Apresentado pelo custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo de aquisição inclui os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e infraestrutura instaladas nos imóveis alugados de terceiros.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Os gastos de manutenção e reparo são registrados no resultado do exercício quando incorridos. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, como segue:

	<b>Taxa média anual de depreciação - %</b>
Estrutura vertical	4
Outros custos de instalação de "sites"	10
Sites adquiridos	4
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	20
Benfeitorias	20
Instalações	20
Equipamentos de informática	20
Outros	20

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

## 2.9 Intangível

Apresentado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Refere-se substancialmente ao ágio, contratos de clientes e rede de infraestrutura, oriundos das aquisições de controladas, e direito real de superfície para uso de terrenos. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado conforme segue:

	<b>Taxa média anual de amortização</b>
Contratos de clientes	3,9%
Rede de infraestrutura	2,9%
Direito real de superfície	3,7%
Software	20%

## 2.10 Provisão para desmobilização de ativos

Constituída tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres instaladas em terrenos ou topos de prédios alugados de terceiros, de forma que seja registrada a melhor estimativa do montante de recursos necessários para restauração das áreas onde esses ativos foram instalados, conforme determina o CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16) e a ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares (IFRIC 1). O montante registrado representa o valor presente dos custos nas datas estimadas para desmobilização dos ativos. Alterações subsequentes nas estimativas de fluxo de caixa futuro ou na taxa de desconto são reconhecidas no custo de desmobilização no ativo imobilizado, até o limite do custo registrado (quando uma diminuição), ou até o limite do seu valor recuperável (quando um aumento).

## 2.11 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de “impairment”)

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC – Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes de entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas

referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada do ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 2023, a Companhia agrupava seus ativos físicos e intangíveis relacionadas às estações radio base em uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC). Para fins de teste ao valor recuperação, a Companhia considerou o valor em uso através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros relacionados à UGC, considerando premissas em bases nominais. A taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa corresponde ao custo médio ponderado do capital de 10,69% em reais nominais (incluindo inflação).

As demais principais premissas utilizadas neste teste estão relacionadas à queda da receita decorrente de cancelamentos de contratos com clientes de longo prazo, em virtude pela aquisição da Oi Móvel por 3 dos maiores clientes da Companhia.

Após a aplicação dos critérios de avaliação, foi verificado um indicativo de que o valor recuperável dos ativos relacionados à UGC Estações Radio Base poderia estar inferior ao seu valor contábil.

O resultado deste teste de “impairment” indicou a necessidade de provisão para perdas no valor de R\$ 693.427, tanto na controladora quanto no consolidado. Este montante foi reconhecido na demonstração do resultado do exercício como “Perda ao valor recuperável dos ativos”.

## **2.12 Tributação**

### ***a. Imposto de renda e contribuição social correntes***

A Companhia e suas controladas, com exceção da Niterói Shopping (Lucro Presumido), optaram pela tributação do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de Lucro Real. O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$ 240 mil no período de 12 meses, e a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre esta base de cálculo.

O imposto de renda da controlada Niterói Shopping é computado pela alíquota de 32% sobre a receita operacional bruta e em seguida, aplicado a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$240 no período de 12 meses, e a contribuição social é apurada pela alíquota de 32% sobre a receita operacional bruta e computado a alíquota de 9% sobre a base de cálculo.

### ***b. Imposto de renda e contribuição social diferidos***

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos são de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$240 mil no período de 12 meses para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social.

**c. Impostos sobre as receitas**

As receitas de locação de torres e de infraestrutura estão sujeitas aos impostos e contribuições a seguir.

Para a Companhia e as suas controladas:

Programa de Integração Social - PIS - 1,65%.

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,6%.

Para a controlada Niterói Shopping, optante pelo lucro presumido:

Programa de Integração Social - PIS - 0,65%.

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 3%.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita operacional bruta na demonstração do resultado.

**2.13 Ativos contingentes e provisões para demandas judiciais**

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa.

As demandas judiciais são provisionadas se as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As demandas judiciais avaliadas como de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e as demandas judiciais avaliadas como de perdas remotas não são provisionadas nem divulgadas.

**2.14 Reconhecimento de receitas**

A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas de aluguel e cessão de direito de uso pelo método linear durante o período do arrendamento, incluída na receita na demonstração do resultado devido à sua natureza operacional.

A receita é reconhecida mensalmente tendo como base a utilização pelo locatário dos espaços locados, bem como a validação, pelo cliente, da documentação para início do faturamento, quando o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, as receitas de aluguéis, considerando eventuais efeitos de carências, descontos, etc., e excluindo os efeitos inflacionários, devem ser reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato, e qualquer excesso do aluguel variável é reconhecido quando incorrido, independentemente da forma de recebimento.

**2.15 Ágio**

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades

geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

## **2.16 Direito de Uso e Arrendamento a pagar**

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

### ***Como arrendatário***

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental

sobre  
empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 01 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

#### ***Arrendamentos de ativos de baixo valor***

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

## **2.17 Adoção das normas e interpretações revisadas e novas**

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

### ***a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)***

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiantamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após a 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

**b. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)***

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos e passivos de custos de desmontagem aplicando a abordagem “integralmente vinculada”, com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, a Companhia reconhecerá um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. Em 31 de dezembro de 2023, a diferença temporária tributável em relação ao ativo com direito de uso é de R\$ 202.614, e a diferença temporária dedutível em relação ao passivo de arrendamento é de R\$ 169.843, resultando em um imposto diferido ativo líquido de R\$ 32.772 (Nota explicativa 21.B).

De acordo com as alterações, o Grupo apresentará um imposto diferido passivo de R\$ 376.245 e um imposto diferido ativo de R\$ 334.015. Não haverá impacto sobre os lucros acumulados com a adoção das alterações.

**c. *Outras normas***

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- CPC 50/IFRS 17 Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).
- Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).
- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS16).

### 3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Bancos conta movimento	85	129	306	308
Aplicações financeiras (*)	47.569	34.464	48.653	35.876



**Highline do Brasil II Infraestrutura de  
Telecomunicações S.A. e Controladas**  
*Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas  
para o exercício findo em  
31 de dezembro de 2023*

47.654      34.593      48.959      36.184

- (\*) As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são mantidas para atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, visto que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são realizadas substancialmente em Certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas de 95% a 109% (98% a 105% em 2022) da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, e operações compromissadas, remuneradas a taxas de 70% e 96% do CDI (65% e 93% em 2022), podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da sua remuneração.

## 4 Contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Clientes faturados	109.651	77.465	112.833	80.026
Linearização de aluguéis (i)	79.299	57.408	79.299	57.408
Provisão para perda esperada	<u>(27.946)</u>	<u>(16.224)</u>	<u>(27.946)</u>	<u>(16.224)</u>
Total	<u>161.004</u>	<u>118.649</u>	<u>164.186</u>	<u>121.210</u>
Circulante	89.039	66.788	92.221	69.349
Não circulante	71.965	51.861	71.965	51.861

- (i) A companhia lineariza as carências concedidas a clientes ao longo de todo o contrato.

O saldo de contas a receber de clientes faturados e a faturar, por vencimento, é conforme segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	61.940	46.888	63.362	48.403
Vencidos:				
Até 30 dias	10.014	9.488	10.061	9.564
De 31 a 180 dias	11.754	16.731	11.922	17.042
Mais de 180 dias	25.943	4.358	27.488	5.017
Total	<u>109.651</u>	<u>77.465</u>	<u>112.833</u>	<u>80.026</u>
Locação a receber (linearização) - circulante	7.334	5.548	7.334	5.548
Locação a receber (linearização) - não circulante	71.965	51.860	71.965	51.860
Total	<u>79.299</u>	<u>57.408</u>	<u>79.299</u>	<u>57.408</u>

A Companhia efetua uma análise individual para os clientes vencidos, para estimar a provisão para perda esperada, levando em consideração que 100% dos clientes possuem contratos ativos. Em 2023 o total do saldo de provisão para perda esperada é de R\$ 27.946 (R\$ 16.624 em 2022). O cálculo da provisão é decorrente de saldos vencidos, considerando 100% de perda para títulos vencidos há mais de 365 dias e uma média ponderada de 1,65% para títulos vencidos há menos de um ano. Abaixo a movimentação da provisão na controladora e consolidado:

**Highline do Brasil II Infraestrutura de  
Telecomunicações S.A. e Controladas**  
*Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas  
para o exercício findo em  
31 de dezembro de 2023*

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldo em 01 de janeiro de 2022	3.899	4.599
Constituição de provisão para perda esperada	11.662	11.682
Reversão	(37)	(57)
Incorporação	700	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>16.224</u>	<u>16.224</u>
Constituição de provisão para perda esperada	12.814	12.814
Reversão	(1.092)	(1.092)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>27.946</u>	<u>27.946</u>

	<u>Saldo contábil</u>		<u>Perda esperada</u>	
	<u>Controladora 31/12/2023</u>	<u>Consolidado 31/12/2023</u>	<u>Taxa média ponderada</u>	<u>Provisão estimada</u>
A vencer	61.940	63.362	1,65%	1.022
Vencidos:				
Até 30 dias	10.014	10.061	1,65%	165
De 31 a 180 dias	11.754	11.922	1,65%	194
Mais de 180 dias	25.943	27.488	1,65%	26.579
Total	<u>109.651</u>	<u>112.833</u>		<u>27.960</u>

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos 2 anos.

## 5 Adiantamento a fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Fornecedores (i)	37.473	10.606	37.670	10.634
Aluguel (ii)	3.958	3.151	4.206	3.450
<b>Total</b>	<u>41.431</u>	<u>13.757</u>	<u>41.876</u>	<u>14.084</u>

Os montantes registrados na rubrica de adiantamento a fornecedores compreendem: (i) os valores pagos aos fornecedores para garantir melhores preços na compra de material metálico para construção de estrutura. (ii) Antecipação de valores do aluguel para o locador, sendo descontado esse adiantamento no início ou no final do contrato.

## 6 Investimentos em controladas - controladora

### Controladas

A movimentação para o período findo em 31 de dezembro de 2023, dos saldos de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, incluindo o percentual de participação da Companhia em cada uma das controlada, está demonstrada a seguir:

#### a. *Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial*

Controlada	Saldo em 31/12/2021	Aquisição	Efeito por incorporação /liquidação	Aumento de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Amortização do direito de cessão de uso	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
Highline Negócios								
Imobiliários	10.820	-	37.291	-	17.037	-	2.059	67.207
Niteroi shopping	10.674	-	-	-	-	(89)	1.669	12.254
Highline III	2.282.996	-	(3.071.435)	806.050	-	-	(17.611)	-
Global Part.	-	20.471	(20.431)	-	-	-	(40)	-
DC Firebird	-	-	-	4.873	-	-	(4.870)	3
SF 424	24.740	-	(24.703)	-	-	-	(37)	-
NK 108	48	-	(48)	-	100	-	(100)	-
Total	<u>2.329.278</u>	<u>20.471</u>	<u>(3.079.326)</u>	<u>810.923</u>	<u>17.136</u>	<u>(89)</u>	<u>(18.930)</u>	<u>79.464</u>

**Highline do Brasil II Infraestrutura de  
Telecomunicações S.A. e Controladas**  
*Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas  
para o exercício findo em  
31 de dezembro de 2021*

<b>Controlada</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>Redução de capital</b>	<b>Distribuição de dividendos</b>	<b>Aumento de capital</b>	<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>	<b>Amortização do direito de cessão de uso</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>
Highline Negócios								
Imobiliários	67.207	-	-	29.500	-	-	6.140	102.847
Niteroi shopping	12.254	-	(2.224)	-	-	(87)	1.250	11.193
DC Firebird	3	-	-	6.535	-	-	(1.104)	5.434
	<u>79.464</u>	<u>-</u>	<u>(2.224)</u>	<u>36.035</u>	<u>-</u>	<u>(87)</u>	<u>6.286</u>	<u>119.474</u>
Total	<u>79.464</u>	<u>-</u>	<u>(2.224)</u>	<u>36.035</u>	<u>-</u>	<u>(87)</u>	<u>6.286</u>	<u>119.474</u>

**b. Informações relevantes sobre as controladas**

31/12/2023							
Controlada	Quantidade total de quotas	% de participação	Capital Social	Ativo Total	Passivo Total	Patrimônio Líquido	Resultado
Highline NI	100.000	100%	100.000	106.187	2.999	102.847	6.140
Niteroi shopping	10	100%	10	2.348	1.088	10	1.250
DC Firebird	18.443	100%	18.443	5.436	-	5.434	(1.104)

## 7 Imobilizado

### Controladora

31.12.2023				
	Taxa média anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Estrutura vertical	4	1.495.279	(311.589)	1.183.690
Móveis e utensílios	10	993	(838)	155
Máquinas e equipamentos	20	189	(183)	6
Instalações	20	3	(3)	-
Veículos	20	591	(174)	417
Equipamentos de informática	20	3.747	(3.001)	746
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	1.924	(1.253)	671
Provisão para desmontagem e remoção	4	150.392	(26.071)	124.321
Terrenos próprios	-	280	-	280
Imobilizado em andamento (*)	-	90.504	-	90.504
<b>Total</b>		<b>1.743.902</b>	<b>(343.112)</b>	<b>1.400.790</b>

31.12. 2022				
	Taxa média anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Estrutura vertical	4	1.257.876	(252.115)	1.005.761
Móveis e utensílios	10	989	(771)	218
Máquinas e equipamentos	20	189	(175)	14
Instalações	20	3	(3)	-
Veículos	20	591	(55)	536
Equipamentos de informática	20	3.209	(2.637)	572
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	1.924	(1.246)	678
Provisão para desmontagem e remoção	4	115.998	(19.667)	96.331
Terrenos próprios	-	280	-	280
Imobilizado em andamento (*)	-	97.166	-	97.166
<b>Total</b>		<b>1.478.225</b>	<b>(276.669)</b>	<b>1.201.556</b>

## Consolidado

	Taxa média anual de depreciação - %	<b>31.12.2023</b>		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Estrutura vertical	4	1.495.903	(311.618)	1.184.285
Móveis e utensílios	10	993	(838)	155
Máquinas e equipamentos	20	189	(183)	6
Instalações	20	3	(3)	-
Veículos	20	591	(174)	417
Equipamentos de informática	20	3.747	(3.001)	746
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	1.924	(1.253)	671
Provisão para desmontagem e remoção	4	150.392	(26.071)	124.321
Terrenos próprios	-	28.332	-	28.332
Imobilizado em andamento (*)	-	90.700	-	90.700
<b>Total</b>		<b>1.772.774</b>	<b>(343.141)</b>	<b>1.429.633</b>

	Taxa média anual de depreciação - %	<b>31.12.2022</b>		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Estrutura vertical	4	1.258.154	(252.124)	1.006.031
Móveis e utensílios	10	989	(771)	218
Máquinas e equipamentos	20	189	(175)	14
Instalações	20	3	(3)	-
Veículos	20	591	(55)	536
Equipamentos de informática	20	3.209	(2.637)	572
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	1.924	(1.246)	678
Provisão para desmontagem e remoção	4	115.998	(19.667)	96.331
Terrenos próprios	-	23.955	-	23.955
Imobilizado em andamento (*)	-	97.192	-	97.192
<b>Total</b>		<b>1.502.204</b>	<b>(276.677)</b>	<b>1.225.527</b>

(\*) Valores gastos nos “sites” que estão em construção, sendo os principais: mão-de-obra, fundação, instalações e estrutura vertical.

A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2023 é demonstrada a seguir:

**Highline do Brasil II Infraestrutura de  
Telecomunicações S.A. e Controladas**  
*Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas  
para o exercício findo em  
31 de dezembro de 2023*

**Controladora**

	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>453.487</b>	<b>(76.227)</b>	<b>377.260</b>
Adições	151.818	-	151.818
Baixas	(9.990)	-	(9.990)
Incorporação Global	4.110	(53)	4.057
Incorporação SF 424	11.059	(37)	11.022
Incorporação Highline III	850.825	(153.544)	697.281
Provisão para desmobilização	16.916	-	16.916
Depreciações	-	(46.808)	(46.808)
<b>Saldo em 31 dezembro de 2022</b>	<b>1.478.225</b>	<b>(276.669)</b>	<b>1.201.556</b>
Adições	253.730	-	253.730
Provisão para desmobilização	34.394	-	34.394
Baixas	(22.447)	-	(22.447)
Depreciações	-	(66.443)	(66.443)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.743.902</b>	<b>(343.112)</b>	<b>1.400.790</b>

**Consolidado**

	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>1.266.137</b>	<b>(220.354)</b>	<b>1.045.783</b>
Adições	230.876	-	230.876
Baixas	(9.990)	-	(9.990)
Aquisição Global	4.110	(53)	4.057
Realocação mais valia para intangível	(5.845)	2.207	(3.638)
Provisão para desmobilização	16.916	-	16.916
Depreciações	-	(58.477)	(58.477)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.502.204</b>	<b>(276.677)</b>	<b>1.225.527</b>
Adições	258.623	-	258.623
Provisão para desmobilização	34.394	-	34.394
Baixas	(22.447)	-	(22.447)
Depreciações	-	(66.464)	(66.464)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.772.774</b>	<b>(343.141)</b>	<b>1.429.633</b>

## 8 Intangível

A composição do intangível em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

### Controladora

	Vida útil	Custo	Amortização Acumulada	Perdas por valor recuperável	Líquido 31/12/2023	Líquido 31/12/2022
Direito real de superfície	27	134	(11)	-	123	125
Direito de cessão de uso	10	282	(119)	-	163	191
Softwares	5	1.469	(422)	-	1.047	413
Marcas e Patentes	-	24	-	(24)	-	24
Ágio - aquisições (i)	-	169.432	-	(169.432)	-	169.432
Projetos de engenharia	15	10.000	(2.111)	-	7.889	8.556
Rede de infraestrutura	32	497.587	(41.619)	-	455.968	470.202
Outros intangíveis	-	1.690	-	-	1.690	1.690
Contratos com clientes - Aquisições	15 a 32	<u>3.258.410</u>	<u>(467.855)</u>	<u>(523.971)</u>	<u>2.266.584</u>	<u>2.920.166</u>
<b>Total</b>		<b><u>3.939.028</u></b>	<b><u>(512.137)</u></b>	<b><u>(693.427)</u></b>	<b><u>2.733.464</u></b>	<b><u>3.570.799</u></b>

### Consolidado

	Vida útil	Custo	Amortização Acumulada	Perdas por valor recuperável	Líquido 31/12/2023	Líquido 31/12/2022
Direito real de superfície	27	79.873	(5.791)	-	74.082	42.136
Direito de cessão de uso	10	5.584	(124)	-	5.460	5.317
Contratos de clientes	15 a 32	3.258.150	(468.083)	(523.971)	2.266.096	2.920.012
Softwares	5	1.469	(422)	-	1.047	413
Marcas e Patentes	-	24	-	(24)	-	24
Ágio - aquisições	-	174.413	-	(169.432)	4.981	174.413
Projetos de engenharia	15	10.000	(2.111)	-	7.889	8.556
Rede de infraestrutura	36	497.587	(41.619)	-	455.968	470.202
Outros intangíveis	-	2.972	-	-	2.972	2.972
<b>Total</b>		<b><u>4.030.072</u></b>	<b><u>(518.150)</u></b>	<b><u>(693.427)</u></b>	<b><u>2.818.495</u></b>	<b><u>3.624.045</u></b>

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

### Controladora

	Custo	Amortização Acumulada	Perdas por valor recuperável (i)	Líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>1.174.598</b>	<b>(38.670)</b>	<b>-</b>	<b>1.135.928</b>
Adições	35	-	-	35
Incorporação	2.763.612	(223.737)	-	2.539.875
Amortizações	-	(105.039)	-	(105.039)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.938.245</b>	<b>(367.446)</b>	<b>-</b>	<b>3.570.799</b>
Adições	783	-	-	783
Amortizações	-	(144.691)	-	(144.691)



**Highline do Brasil II Infraestrutura de  
Telecomunicações S.A. e Controladas**  
*Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas  
para o exercício findo em  
31 de dezembro de 2023*

Perdas por valor recuperável	-	-	(693.427)	(693.427)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.939.028</b>	<b>(512.137)</b>	<b>(693.427)</b>	<b>2.733.464</b>

**Consolidado**

	Custo	Amortização acumulada	Perdas por valor recuperável (i)	Líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>3.954.929</b>	<b>(222.651)</b>	-	<b>3.732.278</b>
Adições	17.716	-	-	17.716
Alocação PPA – Contratos com clientes – Global	14.530	-	-	14.530
Alocação PPA – Rede de infraestrutura – Global	1.831	-	-	1.831
Realocação mais valia para intangível	5.845	(2.207)	-	3.638
Amortizações	-	(145.948)	-	(145.948)
Adições	17.716	-	-	17.716
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.994.851</b>	<b>(370.806)</b>	-	<b>3.624.045</b>
Adições	35.221	-	-	35.221
Amortizações	-	(147.344)	-	(147.344)
Perdas por valor recuperável	-	-	(693.427)	(693.427)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>4.030.072</b>	<b>(518.150)</b>	<b>(693.427)</b>	<b>2.818.495</b>

a) Teste por redução ao valor recuperável

A provisão para perda por redução ao valor recuperável foram reconhecidas em relação ao ágio na unidade na unidade geradora de caixa (UGC), em marcas e patentes e carteira de clientes como segue:

	2023	2022
Ágio	(169.432)	-
Marcas e patentes	(24)	-
Contratos com clientes	(523.971)	-

As perdas por redução ao valor recuperável nos intangíveis da UGC foi incluído da demonstração do resultado do exercício em “Perdas ao valor recuperável dos ativos”.

Para fins de teste ao valor recuperação, a Companhia considerou o valor em uso e valor justo através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros relacionados à UGC, considerando premissas em bases nominais.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às premissas representam a avaliação de tendências futuras da administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

<i>Em percentual</i>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Taxa de desconto (WACC)	10,69	10,64
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,53	3,5

As demais principais premissas utilizadas neste teste estão relacionadas à queda da receita decorrente de cancelamentos de contratos com clientes de longo prazo, em virtude pela aquisição da Oi Móvel por 3 dos maiores clientes da Companhia.

## 9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 24 de fevereiro de 2022 a Companhia realizou a sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações com garantia fidejussória adicional no valor de R\$ 1.650.000 (um bilhão e seiscentos e cinquenta milhões), com vencimento em 15 de fevereiro de 2027. Nesta mesma data, a Companhia realizou o pagamento antecipado das debêntures emitidas na primeira emissão, no valor de R\$ 800 milhões e a liquidação do empréstimo com o banco ING na controlada Highline III.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas mantinham os seguintes contratos de empréstimos:

<b>Empresa</b>	<b>Tipo de financiamento</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Moeda</b>	<b>Valor Contratado (em milhares de R\$)</b>
Highline II	Debêntures	DI + 3,3%	15/02/2027	R\$	1.650.000

A movimentação na controladora é demonstrada como segue:

Saldo em 01 de janeiro de 2021	100.046
Emissão de debêntures	800.000
(-) Comissão na emissão da dívida	(8.854)
(+) Amortização da comissão	3.320
Provisão de juros empréstimo ING	1.417
(-) Liquidação juros empréstimo ING	(1.461)
(-) Pagamento do principal – empréstimo ING	(100.000)
(+) Juros debêntures	54.781
(-) Pagamento de juros – Debêntures	(32.218)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>817.031</u>
Emissão de debêntures	1.650.000
(-) Comissão na emissão da dívida	(27.393)
(+) Amortização da comissão	10.556
(-) Pagamento do principal – Debênture	(800.000)
(+) Juros debêntures	237.814
(-) Pagamento de juros – Debêntures	(157.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.730.493</u>

**Highline do Brasil II Infraestrutura de  
Telecomunicações S.A. e Controladas**  
*Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas  
para o exercício findo em  
31 de dezembro de 2023*

(+ Amortização da comissão	5.479
(+ Juros debêntures	266.590
(-) Pagamento de juros – Debêntures	(274.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.728.346
Circulante	84.281
Não circulante	1.644.065

A movimentação no consolidado é demonstrada como segue:

Saldo em 01 de janeiro de 2022	1.602.805
Emissão de debêntures	1.650.000
(-) Comissão na emissão da dívida	(27.393)
(+) Amortização da comissão	10.556
(-) Pagamento do principal – Debênture	(800.000)
(+) Juros debêntures	237.816
(-) Pagamento de juros - Debêntures	(157.517)
(+) Provisão de juros empréstimo ING	3.500
(+) Amortização da comissão ING	3.689
(-) Pagamento do juros ING	(5.300)
(-) Variação Cambial	(79.065)
(-) Pagamento do principal – empréstimo ING	(708.598)
Emissão de debêntures	1.650.000
(-) Comissão na emissão da dívida	(27.393)
(+) Amortização da comissão	10.556
(-) Pagamento do principal – Debênture	(800.000)
(+) Juros debêntures	237.816
(-) Pagamento de juros - Debêntures	(157.517)
(+) Provisão de juros empréstimo ING	3.500
	<u>1.730.493</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.730.493</u>
(+ Amortização da comissão	5.479
(+ Juros debêntures	266.590
(-) Pagamento de juros - Debêntures	(274.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.728.346</u>
Circulante	84.281
Não circulante	1.644.065

## Garantias

A segunda emissão de debêntures da Highline II possui as seguintes garantias:

- (a) Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade das ações ordinárias e preferenciais (presentes e futuras) de emissão da Companhia; de todas as novas ações de emissão da Companhia que venham a ser por ela emitidas e subscritas ou adquiridas no futuro durante a vigência do contrato de alienação Fiduciária de ações da Companhia; de direitos frutos e rendimentos decorrentes das ações da Companhia alienadas fiduciariamente.
- (b) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, de direitos creditórios detidos pela Emissora; e direitos sobre contas vinculadas e recursos a qualquer tempo depositados e mantidas nas contas vinculadas nas quais transitam os recursos provenientes dos direitos creditórios.

### Cláusulas restritivas de contratos (“covenants”)

A escritura de debêntures de R\$ 1.650.000 emitida pela controladora possui as seguintes cláusulas de restrição financeira:

- (a) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) superior a 1,2 a partir de 30 de setembro de 2022 até a data de vencimento, será calculado trimestralmente.
- (b) Coeficiente de alavancagem inferior a (i) 9,0 a partir de 30 de setembro de 2022 (inclusive), até 31 de março de 2023 (exclusive), (ii) 7,5 a partir de 31 março de 2023 (inclusive), até 31 de março de 2024 (exclusive); (iii) 6,0 a partir de 31 de março de 2024 (inclusive), até 31 de março de 2025 (exclusive); (iv) 5,0 a partir de 31 de março de 2025 (inclusive), até 31 de março de 2026 (exclusive); e (v) 4,5 a partir de 31 de março de 2026 (inclusive), até a data de vencimento (exclusive).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava adimplente com essas cláusulas.

## 10 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores nacionais (i)	16.451	9.721	17.384	9.811
Total	16.451	9.721	17.384	9.811

- (i) A Companhia utiliza somente fornecedores nacionais para aquisição de materiais e contratação de serviços na construção e manutenção de suas estruturas.

## 11 Obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para participação nos lucros e resultados - PLR e bônus	15.858	7.570	15.858	7.570
Provisão para férias	2.730	1.984	2.730	1.984
Encargos sociais sobre bônus e férias	5.601	2.843	5.601	2.843
Obrigações sociais a pagar	2.414	1.367	2.414	1.367
<b>Total</b>	<b>26.603</b>	<b>13.764</b>	<b>26.603</b>	<b>13.764</b>

## 12 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de renda a recolher	-	-	244	132
Contribuição social a recolher	-	-	93	50
Tributos retidos de terceiros a recolher	1.808	2.360	1.813	2.596

PIS e COFINS a recolher	2.989	4.297	3.089	4.387
<b>Total</b>	<b>4.797</b>	<b>6.657</b>	<b>5.239</b>	<b>7.165</b>

### 13 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e depósitos judiciais

Os processos trabalhistas, cíveis e tributários estão sendo discutidos nas esferas administrativa e judicial, para as quais, quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião dos consultores legais da Companhia. O saldo de processos com perda considerada como provável por parte dos especialistas jurídicos que prestam serviço a Companhia é de R\$ 1.188 para causas trabalhistas e de R\$ 115 para causas cíveis, controladora e Consolidado na data-base. A composição da provisão para demandas judiciais relacionadas a processos avaliados como perda provável está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	1.188	1.326	1.188	1.326
Cíveis	115	105	115	105
<b>Subtotal</b>	<b>1.303</b>	<b>1.431</b>	<b>1.303</b>	<b>1.431</b>
Depósitos judiciais	(771)	(587)	(771)	(587)
<b>Total líquido de depósitos judiciais</b>	<b>532</b>	<b>844</b>	<b>532</b>	<b>844</b>

Os processos com risco de perda considerada possível totalizam R\$ 16.478 (R\$ 10.271 em 2022) na controladora e consolidado.

A movimentação da provisão e depósito judicial na controladora e consolidado é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro 2022	844	844
(+) Atualização monetária da provisão	74	74
(-) Reversões de provisões	(202)	(202)
(-) Bloqueio Judicial	(239)	(239)
(+) Desbloqueio Judicial	55	55
Saldo em 31 de dezembro de 2023	532	532

### 14 Arrendamento por direito de uso

A Companhia e suas controladas celebram contratos de locação de torres de telecomunicações e infraestrutura com vários clientes, reconhecidos como operações de arrendamento mercantil. Tais contratos possuem vários vencimentos e contemplam cláusula de atualização monetária anual dos valores dos aluguéis, com base em índices de preços (IGP-M e IPCA).

Os montantes registrados no ativo são amortizados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos direitos e a duração prevista do contrato de arrendamento.

A taxa média de descontos dos contratos de arrendamentos em 31 de dezembro de 2023 é entre 12,91% e 17,05% (15,88% a 17,05% em 2022).

<b>Ativo</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldo em 31 de dezembro 2021	514.315	1.144.799
Adições	88.902	102.327
Incorporação Highline III	474.405	-
Amortização	(115.060)	(142.028)
Remensuração (i)	202.793	60.559
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.165.355</u>	<u>1.165.657</u>
Adições	130.189	130.189
Remensuração	82.078	82.062
Baixas	(28.973)	(29.016)
Amortização	(138.031)	(138.168)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.210.618</u>	<u>1.210.724</u>
<b>Passivo</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldo em 31 de dezembro 2021	528.184	1.187.757
Adições	88.902	102.327
Incorporação Highline III	507.052	-
Ajuste a valor presente	142.298	173.592
Pagamento de juros	(126.603)	(157.897)
Pagamento de principal	(64.659)	(88.034)
Baixas	-	-
Remensuração (i)	203.423	60.985
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.278.597</u>	<u>1.278.730</u>
Adições	130.189	130.189
Remensuração	82.078	82.062
Baixas	(33.703)	(33.703)
Ajuste a valor presente	200.536	200.560
Pagamento de juros	(142.092)	(141.951)
Pagamentos de principal	(138.031)	(138.168)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.377.574</u>	<u>1.377.719</u>
Circulante	273.256	273.401
Não circulante	1.104.318	1.104.318

(i) Remensuração dos contratos de alugueis provenientes do reajuste contratual, contabilizado de acordo com os termos dos itens 39 e 40 do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Os pagamentos mínimos futuros dos contratos de locação, em 31 de dezembro de 2023, são os seguintes:

<b>Passivo</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Até um ano	282.510	282.655
De um ano até cinco anos	907.063	907.063
Mais de cinco anos	188.001	188.001
Total	1.377.574	1.377.719

## 15 Provisão para desmobilização

Conforme estabelecido nos contratos de locação, a Companhia e suas controladas são responsáveis pela desmontagem e remoção das torres e infraestrutura instaladas nos terrenos e topos de prédios alugados de terceiros. Assim, registram provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término do contrato de locação, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI, descontado pela inflação medida conforme o IPCA. Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado é de R\$172.892 na controladora (R\$132.129 em dezembro de 2022) e R\$172.892 (R\$132.129 em dezembro de 2022) no consolidado.

Movimentação da provisão:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldo em 31 de dezembro 2021	37.330	106.664
Adições	18.900	20.456
Incorporação Highline III	71.574	-
Valor presente da provisão para desmobilização	4.325	5.009
Saldo em 31 de dezembro 2022	132.129	132.129
Adições	33.509	33.509
Valor presente da provisão para desmobilização	7.254	7.254
Saldo em 31 de dezembro de 2023	172.892	172.892

## 16 Adiantamento de clientes

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Adiantamento de clientes	69.170	35.588	70.079	35.842
Passivo circulante	56.244	29.827	57.153	30.081
Passivo não circulante	12.926	5.761	12.926	5.761

## 17 Patrimônio líquido

- (a) Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 1.428.488, representado por 3.515.471.251 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (R\$1.284.488 representado por 3.375.471.251 ações ordinárias em 2022), assim distribuídas entre os acionistas:

Acionistas	Ações	%
Cap TC Torres e Participações S.A.	3.515.471.251	100%
	<u>3.515.471.251</u>	<u>100%</u>

- (b) Aumentos de capital

Em 08 de fevereiro de 2023, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital em R\$140.000 com a subscrição de 140.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

- (c) Adiantamentos para futuro aumento de capital

No período de 10 de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2023 a Companhia recebeu o montante de R\$ 153.950 a título de adiantamento para futuro aumento de capital. A emissão das novas ações será realizada em Assembleia Geral Extraordinária.

## 18 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receita bruta:				
Aluguéis	658.907	519.277	675.445	669.021
Receita diferida – linearização dos aluguéis	24.053	17.281	24.053	18.332
Dedução da receita bruta:				
(-) PIS	(11.215)	(8.197)	(11.473)	(10.444)
(-) COFINS	(54.915)	(37.726)	(56.106)	(47.972)
(-) Desconto incondicional	(5.257)	(39.377)	(5.258)	(53.779)
Total	<u>611.573</u>	<u>451.258</u>	<u>626.661</u>	<u>575.158</u>

## 19 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Custo dos serviços prestados:				
Custo de depreciação e amortização	(201.352)	(159.206)	(204.300)	(198.379)



**Highline do Brasil II Infraestrutura de  
Telecomunicações S.A. e Controladas**  
*Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas  
para o exercício findo em  
31 de dezembro de 2023*

Impostos tomados sobre depreciação	17.250	10.984	17.505	13.190
Outros custos	(22.071)	(14.606)	(22.557)	(17.983)
<b>Total dos custos dos serviços prestados</b>	<b>(206.173)</b>	<b>(162.828)</b>	<b>(209.352)</b>	<b>(203.172)</b>
Despesas Gerais e administrativas:				
Depreciação e amortização	(145.056)	(105.285)	(145.056)	(144.678)
Despesas com pessoal	(28.387)	(10.371)	(28.900)	(14.187)
Honorários da diretoria	(29.553)	(19.122)	(29.553)	(19.122)
Baixa de ativos	(22.936)	(9.982)	(22.936)	(9.982)
Despesas gerais	(7.783)	(6.797)	(9.005)	(16.218)
Gastos com ocupação	(1.983)	(1.024)	(2.040)	(1.142)
Serviços com terceiros	(7.962)	(8.633)	(8.386)	(10.955)
<b>Gerais e administrativas</b>	<b>(243.659)</b>	<b>(161.214)</b>	<b>(245.876)</b>	<b>(216.284)</b>

## 20 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	(266.578)	(237.816)	(266.578)	(241.316)
Valor presente da provisão para desmobilização	(7.254)	(4.325)	(7.254)	(5.009)
Valor presente dos contratos de arrendamento	(200.536)	(142.298)	(200.560)	(173.380)
Comissão financeira sobre financiamentos	(5.529)	(10.915)	(5.529)	(14.604)
Varição instrumentos financeiros	(59.513)	(35.340)	(59.513)	(128.874)
Outras despesas	(4.450)	(6.875)	(4.605)	(7.975)
	<u>(543.960)</u>	<u>(437.569)</u>	<u>(544.039)</u>	<u>(571.160)</u>
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	3.413	3.677	3.571	4.732
Variações cambiais ativas	-	-	-	79.065
Varição instrumentos financeiros	44.099	77.985	44.099	77.985
Outras receitas	984	1.888	991	1.090
	<u>48.496</u>	<u>83.550</u>	<u>48.661</u>	<u>163.772</u>
Resultado financeiro	<u>(495.464)</u>	<u>(354.019)</u>	<u>(495.378)</u>	<u>(407.388)</u>

## 21 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) aplicando-se as alíquotas vigentes para a Companhia e suas controladas nos respectivos exercícios, como aplicável:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social	(988.079)	(260.179)	(984.589)	(266.152)
<i>Alíquota vigente</i>	<i>34%</i>	<i>34%</i>	<i>34%</i>	<i>34%</i>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	335.947	88.461	334.760	90.491
Resultado de equivalência patrimonial	2.137	(6.436)	-	-

**Highline do Brasil II Infraestrutura de  
Telecomunicações S.A. e Controladas**  
*Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas  
para o exercício findo em  
31 de dezembro de 2023*

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Bônus	(4.469)	(3.482)	(4.469)	(3.482)
Perdas ao valor recuperável	(235.765)	-	(235.765)	-
Efeito das empresas tributadas lucro presumido	-	-	(3.490)	(1.543)
Diferenças temporárias e prejuízos fiscais para os quais não constituído IR/CS Diferidos	(97.850)	(78.396)	(94.526)	(86.862)
Diferenças temporárias para os quais foram constituídos IR/CS diferidos	29.911	2.735	29.911	10.251
Diferenças permanentes líquidas	-	(147)	-	(147)
<b>Despesa imposto de renda e contribuição social</b>	<b>29.911</b>	<b>2.735</b>	<b>26.421</b>	<b>8.708</b>
Correntes	-	-	(3.490)	(1.543)
Diferidos	29.911	2.735	29.911	10.251

**b. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
<b>Ativos diferidos</b>				
Provisão para contingências	143	170	143	170
Provisão para perdas esperadas no contas a receber	7.567	3.570	7.567	3.570
Atualização da provisão para desmobilização	3.937	1.470	3.937	1.470
Outras provisões – baixa imobilizado	5.557	3.394	5.557	3.394
Efeitos arrendamento	32.772	14.488	32.772	14.488
<b>Total ativo diferido</b>	<b>49.976</b>	<b>23.092</b>	<b>49.976</b>	<b>23.092</b>
<b>Passivos diferidos</b>				
Amortização fiscal - Goodwill	(93.151)	(88.236)	(93.151)	(88.324)
Linearização da receita	(14.021)	(6.324)	(14.021)	(6.668)
Varição instrumentos financeiros	1.904	(13.710)	1.904	(13.278)
<b>Total passivo diferido</b>	<b>(105.268)</b>	<b>(108.270)</b>	<b>105.268</b>	<b>(108.270)</b>
<b>Total passivo líquido</b>	<b>(55.292)</b>	<b>(85.178)</b>	<b>(55.292)</b>	<b>(85.178)</b>

A movimentação dos saldos ativos e passivos diferidos é como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2023</b>	<b>(85.178)</b>	<b>(85.178)</b>
(+) Constituição de ativos/passivos diferidos em 2023 (resultado)	29.886	29.886
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(55.292)</b>	<b>(55.292)</b>

A Companhia possui o montante de R\$ 167.327 (R\$ 76.833 em 2022) de IR/CS diferido ativo não constituído sobre o prejuízo fiscal.

## 22 Instrumentos financeiros

### 22.1 Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo risco cambial e de taxa de juros), de crédito e de liquidez, conforme a seguir detalhado. O gerenciamento desses riscos é realizado por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à rentabilidade, liquidez e segurança, de acordo com políticas aprovadas pela Administração da Companhia.

A seguir, os detalhes da exposição da Companhia aos riscos mencionados:

**a. Riscos de mercado**

- (i) *Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado ao risco de taxas de juros*  
Refere-se ao risco de variação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de juros de mercado é aplicável principalmente às aplicações financeiras incluídas em caixa e equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos, ambos indexados à variação do CDI, podendo afetar o resultado e os fluxos de caixa da Companhia.

**b. Risco de crédito**

Refere-se ao risco de a contraparte não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato com cliente, gerando uma perda financeira. A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito referente ao caixa e equivalentes de caixa e às contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

- (i) *Caixa e equivalentes de caixa*  
A Companhia adota métodos que restringem os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e leva em consideração limites monetários e classificações de crédito das instituições financeiras com as quais opera, que são periodicamente atualizadas.
- (ii) *Contas a receber de clientes*  
O risco de crédito é monitorado pela Administração da Companhia que entende que o risco é mínimo visto que os contratos de locação foram celebrados, principalmente, com grandes operadoras de telecomunicações.

**c. Risco de liquidez**

Surge da possibilidade de a Companhia não cumprir as obrigações contratadas nas datas previstas e de necessidades de caixa devido às restrições de liquidez de mercado. O caixa é gerenciado pela Tesouraria da Companhia, que o investe em aplicações financeiras com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões de fluxo de caixa.

**22.2 Análise de sensibilidade da taxa de juros**

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia.

Um aumento ou uma redução de 2% do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros tivessem uma variação de 2% sobre a taxa média do DI ao longo de 2023, e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, teríamos uma taxa de juros 15,14% mais

alta ou mais baixa, impactando o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	Aumento	Redução	Aumento	Redução
Rendimento de aplicações financeiras	517	(517)	541	(541)
Juros de empréstimos e debêntures	40.366	(40.366)	40.668	(40.668)
Juros de arrendamentos	30.365	(30.365)	30.369	(30.369)

### 22.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou em fevereiro de 2022 “swap” de taxa de juros para administrar sua exposição aos riscos de variação de taxa de juros.

O derivativo foi inicialmente reconhecido ao valor justo na data em que o contrato de derivativo foi celebrado e foi subsequentemente remensurado ao seu valor justo no final de cada período de relatório. O ganho ou a perda resultante foi reconhecido no resultado do exercício.

O instrumento financeiro derivativo é apresentado como ativo não circulante ou passivo não circulante se o vencimento remanescente do instrumento for maior que 12 meses e não seja esperada sua realização ou liquidação em até 12 meses.

O derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo financeiro enquanto o derivativo com valor justo negativo é reconhecido como passivo financeiro.

O contrato de Swap tem vencimento para agosto de 2024. A posição ativa está vinculada a taxa de juros CDI+3,3%, enquanto a posição passiva está vinculada a taxa pré fixada de 15,44%. Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas CDI de mercado para “swaps”, divulgadas pela B3.

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Posição inicial	Posição final	Posição inicial	Posição final
<b>Ativo</b>				
“Swap” - taxa de juros Euro	-	-	799.650	-
“Swap” – CDI+3,3%	1.834.469	1.778.088	1.650.000	1.834.469
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70.800	77.818	-	70.800
<b>Passivo</b>				
“Swap” - taxa de juros CDI	-	-	(819.587)	-
“Swap” – Pré fixada 15,44%	(1.795.416)	(1.784.516)	1.650.000	(1.795.416)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	31.748	84.246	-	31.748
Saldo líquido “Swap” do exercício	39.052	6.428	19.937	39.052

## 22.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno a seus acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir os custos associados a essa geração de resultados e benefícios.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

## 22.5 Categoria de instrumentos financeiros

		<b>Controladora</b>	
		<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
	<b>Categoria</b>		
<b>Ativos financeiros:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	47.654	34.593
Contas a receber de clientes curto e longo prazo	Custo amortizado	161.004	118.649
<b>Passivos financeiros a custo amortizado:</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos Financeiros	1.728.346	1.730.493
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	84.246	31.748
Passivos de arrendamento	Outros passivos Financeiros	1.377.574	1.278.597
Fornecedores	Outros passivos Financeiros	16.451	9.721
Outros passivos	Outros passivos Financeiros	3.475	3.568
		<b>Consolidado</b>	
		<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
	<b>Categoria</b>		
<b>Ativos financeiros:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	48.959	36.184
Aplicações financeiras restritas curto e longo prazos	Custo amortizado		-
Contas a receber de clientes curto e longo prazo	Custo amortizado	164.186	121.210
<b>Passivos financeiros a custo amortizado:</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros Passivos Financeiros	1.728.346	1.730.493
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	84.246	31.748
Fornecedores	Outros passivos Financeiros	17.384	9.811
Passivos de arrendamento	Outros passivos Financeiros	1.377.719	1.278.730
Contas a pagar	Outros passivos Financeiros	-	-
Outros passivos	Outros passivos Financeiros	3.962	3.568

## 22.6 Estimativa do valor justo

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível à Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o pronunciamento técnico CPC 40 Instrumentos financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo conforme nível da hierarquia de mensuração pelo valor justo. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é

baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de um distribuidor, bolsa, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e se aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

O Grupo possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

As estimativas de valor justo para as aplicações financeiras estão incluídas no nível 2, que consideram preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares e mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais “inputs” são observáveis.

## 22.7 Tabela de risco de liquidez

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia:

	<b>Controladora</b>			
	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>31 de dezembro de 2023</b>				
Fornecedores	16.451	-	-	16.451
Debêntures	84.281	1.644.065	-	1.728.346
Arrendamento a pagar	273.256	907.063	197.255	1.377.574
	<u>373.988</u>	<u>2.551.128</u>	<u>197.255</u>	<u>3.122.371</u>
	<b>Consolidado</b>			
	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>31 de dezembro de 2023</b>				
Fornecedores	17.384	-	-	17.384
Debêntures	84.281	1.644.065	-	1.728.346
Arrendamento a pagar	273.401	907.063	197.255	1.377.719
	<u>375.066</u>	<u>2.551.128</u>	<u>197.255</u>	<u>3.123.449</u>

## 23 Partes relacionadas

O pronunciamento técnico IAS 24/ CPC 05 (R1) - Partes Relacionadas define como pessoal-chave da Administração os profissionais que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os honorários dos administradores foram de R\$29.553 (R\$19.122 em 2022), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica “Despesas com pessoal”.

Não foi pago nenhum valor a título de: (a) benefício pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); nem (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em 31 de dezembro de 2023 a controladora mantinha as seguintes posições em aberto com outras empresas do grupo:

	<u>Controladora</u>
	<u>31/12/2023</u>
Com CAP TC Torres e Participações A Receber (i)	1.757
Com Highline Negócios Imobiliários A Receber	1.633
Com Lemvig RJ Infraestrutura A Receber	1.893
Com Niteroi A Receber (i)	199
A pagar (ii)	-

- (i) As posições em aberto referem-se a valores que serão pagos devido ao rateio entre as empresas do grupo.
- (ii) Faturamento intercompany em aberto entre as empresas.
- (iii) Adiantamento para futuro aumento de capital entre as empresas.

## **24 Programa – Bônus de subscrição de ações**

A Controladora da Companhia, CAP TC Torres e Participações S.A., instituiu, aprovou e iniciou em abril de 2021 o plano de incentivo de longo prazo (Long-Term Incentive Plan – LTIP), constituído para promover o desenvolvimento e a valorização da Companhia pelos seus principais diretores e executivos, viabilizando o relacionamento de longo prazo e permitindo a implementação de suas estratégias.

O valor justo das opções de ações foi estimado na data da concessão usando o modelo de precificação Monte Carlo, levando em consideração os termos e condições em que as opções foram concedidas.

O Plano de Opção de Compra da Companhia corresponde a dois instrumentos que conjugados representam uma opção de compra de ações sendo:

1) Aquisição de bônus de subscrição que permitem aos adquirentes a opção de comprar ações da Companhia, a um preço predeterminado, em data futura dependendo do resultado das condições estabelecidas em contrato.



2) Venda de Opção de Compra que garante ao adquirente, CAP TC Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia, o direito de comprar as ações referentes ao exercício de compra do bônus de subscrição, por preço predeterminado por fórmula paramétrica, em data futura, conforme resultado das condições estabelecidas em contrato.

Considerando que, qualquer das condições de saída antecipada do plano, sejam elas voluntárias ou involuntárias de acordo com o descrito nas características do Plano de Opção de Compra sejam pequenas, o investimento inicial determina o valor justo da entidade no momento da avaliação, a volatilidade dos resultados poderá ser medida pela principais empresas de Telecomunicações em atividade no Brasil em curso normal de negócios, o valor de realização do investimento no evento de liquidez futuro é a variável que determina a probabilidade de sua realização e os prazos prováveis de realização do evento de liquidez e foram estimados por meio de cenários com probabilidade ponderadas de realização entre 5, 7 e 10 anos. A Companhia contabiliza o Plano como liquidado com instrumentos patrimoniais.

Abaixo segue o demonstrativo das quantidades de ações outorgadas até 31 de dezembro de 2023:

<b>Saldo em</b>					<b>Saldo em</b>
<b>01 de janeiro 2021</b>	Outorgadas	Exercidas	Valor exercido	Atualização	<b>31 de dezembro 2022</b>
-	1.000	715	189	55	244

<b>Saldo em</b>					<b>Saldo em</b>
<b>01 de janeiro 2023</b>	Outorgadas	Exercidas	Valor exercido	Atualização	<b>31 de dezembro 2023</b>
244	-	-	-	-	244

**Premissas básicas para o plano:**

Início da concessão do plano:	29 de abril de 2021
Modelo de precificação:	Monte Carlo
Volatilidade média esperada (%):	22%
Taxa juros livre de risco (%):	De 6,46 a 7,73%
Vida útil esperada das opções de ações (anos):	Entre 5,7 e 10 anos

## 25 Transações que não envolvem Caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Carência (i)	24.053	17.281	24.053	18.332

- (i) Carência - clientes que possuem contratos com período de carência são registrados pela competência e vigência do contrato.

## 26 Eventos subsequentes

Em 15 de fevereiro de 2024, a companhia recebe aporte da controladora CAP TC Torres e Participações S.A. no valor de R\$ 134.900. Este aporte será registrado com aumento de capital com a emissão de 134.900.000 novas ações.

**27 Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e autorizadas para emissão em 31 de dezembro de 2024.

\* \* \*

Fernando Diez Viotti  
Presidente

Daniel Lafer Matandos  
Diretor Financeiro

Rafael Rezende  
Contador  
CRC SP 293995/O-9